SENTENÇA

Processo Digital n°: 1002816-93.2017.8.26.0566

Classe - Assunto Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha

Requerente: Ivete Teresinha Marini de Souza

Requerido: Paulo Roberto de Souza

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: Dr. Caio Cesar Melluso

Vistos.

Trata-se de procedimento de arrolamento (artigos 659/663, do CPC), cuja partilha foi firmada de modo consensual, conforme fls. 16/20 e 45/46.

Estando os autos regulares, **HOMOLOGO**, por sentença, o plano de partilha de fls. 16/20 e 45/46, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, **ADJUDICANDO** em favor da única herdeira, ora requerente, 100% do monte-mor, ressalvados erros, omissões e direitos de terceiros.

Como as questões relativas à taxas e tributos não se submetem ao crivo judicial nestes atos, intime-se o Fisco Estadual para o lançamento administrativo do ITCMD, consoante o § 2°, do art. 662, c/c § 2° do art. 659, do NCPC.

Os comprovantes dos recolhimentos de taxas e tributos, tais como o ITBI, deverão ser apresentados junto ao Cartório de Registro de Imóveis para que se proceda o registro do formal de partilha.

Fica autorizada desde já à expedição do formal de partilha/carta de adjudicação, sem prejuízo faculto às partes interessadas solicitarem-no diretamente ao Cartório de Notas.

Como a celebração de acordo é ato incompatível com a vontade de recorrer, nos termos do art. 1.000, do CPC, <u>fica anotado o trânsito em julgado nesta data</u>, dispensando-se o Cartório de lançar certidão.

Após o cumprimento do item "f" da decisão de fls. 21/22, expeça-se alvará, conforme requerido às fls. 16/20, item "5".

Cumpridas as determinações, dê-se baixa dos autos no sistema e remeta-se ao arquivo.

P. I. C.

São Carlos, 05 de setembro de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA